ADIMB

Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro

Clipping nº 06/2023

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem.

08 de fevereiro de 2023

BRASIL
WORLD CLASS EXPLORATION OPPORTUNITIES

PDAC
MARCH 5-8 2023 THE WORLD'S PREMIER MINERAL EXPLORATION & MINING CONVENTION

NOVO SITE DO
BRASIL PDAC 2023

ACESSE: ADIMB.ORG.BR/BRASILPDAC

PROMOTION:
ADIMB
Agency for the Development and Innovation of the Brazilian Mining Sector

CLIQUE AQUI

Setor mineral deve repetir em 2023 desempenho do ano passado

O setor mineral deve apresentar em 2023 um desempenho de produção e vendas similar ao que foi registrado no ano passado, mantendo estabilidade ou uma pequena variação em relação a 2022, de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Em 2022, o setor mineral registrou uma produção de 1,05 bilhão de toneladas, em queda de 12% em relação ao ano anterior. As vendas alcançaram R$ 250 bilhões, com queda de 26% ante 2021.

O desempenho negativo do ano passado deveu-se em grande parte à menor demanda por minério de ferro pela China e à queda de 25% no preço médio da commodity.

Julio Nery, diretor de sustentabilidade e assuntos regulatórios do Ibram, disse que a demanda por minério de ferro na China, destino de 68,9% dos embarques brasileiros de minério de ferro, deve ficar estável neste ano em relação a 2022. “É claro que qualquer fator de mudança na China terá efeito no mercado”, afirmou Nery.

O Ibram estima para o ano preço médio do minério de ferro entre US$ 90 e US$ 110 por tonelada. Para as próximas semanas, no entanto, a expectativa é que a commodity seja comercializada em torno de US$ 120 por tonelada.

Raul Jungmann, diretor-presidente do Ibram, acrescentou que há uma perspectiva de economia mais fraca em todo o mundo, além de uma inflação persistente. “Não sabemos ainda se vai ser uma recessão branda ou se vai ser agravada”, disse Jungmann.

Fonte: Valor Econômico
Data: 07/02/2023

Mineradora Vale atinge produção 80,8 MILHÕES de toneladas de minério de ferro no 4T22 e tem hoje, cerca de 190 oportunidades de vagas de emprego, para preencher o quadro de vagas da empresa

As oportunidades de emprego da mineradora Vale são para os níveis médio, técnico e superior.

De acordo com o relatório divulgado pela Vale nesta semana, a produção de minério de ferro da companhia atingiu 80,8 milhões de toneladas métricas no quarto trimestre de 2022. E, para preencher o quadro de funcionários da empresa, mais de 190 oportunidades de vagas de emprego são ofertadas. Os cargos oferecidos são destinados a profissionais de nível médio, técnico ou superior.

Principais vagas de emprego disponíveis para trabalhar na Vale

A produção de minério de ferro da Vale no quarto trimestre de 2022 representou uma queda de 9,9% sobre o resultado do trimestre anterior e um recuo de 1% comparado com o volume registrado no mesmo intervalo de 2021. Ainda assim, a empresa é a maior produtora de minério de ferro do mundo.

Fonte: Click Petróleo e Gás
Data: 03/02/2023

NEXA - ‘Gente Cuidando das Águas’ é destaque em evento da ONU

O projeto atua nas frentes de educação ambiental, ações de mobilização e comunicação ambiental e recuperação de nascentes.

Durante o Congresso Diálogo Regional das Águas 2023, evento realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU), a Nexa foi destaque pelo projeto ‘Gente Cuidando das Águas’, desenvolvido em parceria com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O projeto atua nas frentes de educação ambiental, ações de mobilização e comunicação ambiental e recuperação de nascentes. Desde 2018, o projeto tem como meta realizar o cercamento de áreas de nascentes na Bacia do Rio Santa Catarina, promover a educação ambiental comunitária e escolar, proteger, conservar e preservar a água do município de Vazante (MG).

“Este é um projeto de grande valor para a Nexa e para nossas comunidades, principalmente nas áreas rurais. Essa é uma população que ainda sofre com pouco abastecimento e tratamento de água. Para levar água potável fizemos importantes alianças, e tivemos parceiros importantes e estratégicos como o BNDES. Ser reconhecido pela ONU nos enche de orgulho e estimula a seguir em frente”, afirma Cristiane Holanda, gerente de projetos sociais e de sustentabilidade da Nexa. O Diálogo Regional das Águas 2023 é um evento preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2023, que visa avaliar o progresso relacionado ao ODS 6 (água e saneamento). Entre os seus objetivos, estão: I) analisar o progresso do ODS 6 em relação aos compromissos adquiridos, acelerar sua implementação na América Latina e no Caribe (ALC) e avançar para uma transição hídrica sustentável e inclusiva; II) trocar experiências e lições aprendidas para a realização dos objetivos da Década de Ação para a Água 2018-2028 e III) lançar uma agenda regional de ação pela água com uma abordagem multissetorial.

Fonte: Brasil Mineral
Data: 06/02/2023

O TEMPO

Setor da mineração investe US$ 50 bilhões até 2027; Minas terá US$ 11,44 bilhões

As mineradoras vão ampliar os investimentos no país, principalmente, socioambientais – de US$ 4,2 bilhões para US$ 6,5 bilhões em cinco anos.

É o que aponta o IBRAM – Mineração do Brasil.

Setor gerou mais de 5 mil vagas diretas e quase metade dos municípios apresentou atividade mineral relevante em 2022.

O desempenho da indústria da mineração em 2022 foi inferior ao de 2021, muito em função da menor demanda por minério de ferro pela China e queda no preço dessa commodity (-25%).

Mesmo com quedas em produção (-12% estimada), faturamento (-26%), exportações (-28%) e recolhimento de tributos e encargos (-24,6%), o setor vai aumentar investimentos no país, de US$ 40,4 bilhões (período 2022-2026) para US$ 50 bilhões (2023 a 2027).

A indústria da mineração criou mais empregos diretos, segundo o IBRAM – Mineração do Brasil.

“Foram criadas mais de 5,7 mil vagas, de janeiro a novembro, totalizando quase 205 mil empregos diretos; incluindo os indiretos, a mineração gera mais de 2 milhões de vagas. Boa parte dos investimentos projetados até 2027 se refere a projetos socioambientais das mineradoras associadas ao IBRAM, em cumprimento aos avanços da Agenda ESG da Mineração do Brasil”, diz Raul Jungmann, diretor-presidente do IBRAM – Mineração do Brasil.

Impactos externos no setor

Dos oito minérios mais exportados pelo Brasil, a China aparece entre os principais compradores para sete deles: é o principal comprador para minério de ferro, manganês e nióbio; é o segundo maior para cobre e pedras naturais e revestimentos ornamentais; quarto maior para alumínio; quinto maior para caulim.

Em 2021, o saldo mineral era equivalente a 80% do saldo da balança total, mas em 2022 foi equivalente a 49%, ou quase 40% a menos.

Em 2023, segundo o IBRAM, as perspectivas do setor mineral indicam estabilidade em relação aos resultados de 2022.

Alto risco

Entre os cenários de alto risco para o setor mineral em 2023 está o da criação de novos encargos, como taxas de fiscalização estaduais.

“Estamos diante de um cenário de recessão e nenhum país, em especial o Brasil, pode abrir mão de gerar cada vez mais repercussões positivas em sua economia, como a mineração é capaz de produzir. Mas, infelizmente, o que se vê é que a mineração legalizada sofre seguidos ataques especulativos sobre suas receitas; mudança das regras que afetam a previsibilidade e a segurança jurídica. São verdadeiras punições, independente se ela está ou não registrando um bom desempenho. Ou seja, há enorme risco de a projeção de investimentos entrar em declínio, assim como a expansão sustentável da mineração legalizada”, diz Raul Jungmann.

Território da mineração

Os dados do IBRAM mostram que a atividade mineral foi realizada em maior escala, em 2022, em 2.699 municípios, com base no recolhimento da CFEM (royalty do setor), o que equivale a quase à metade (48%) dos municípios brasileiros.

Foram produzidas 91 tipologias minerais, por mais de 7.300 empresas e microempreendedores individuais.

A mineração industrial, segundo o governo, ocupa uma área equivalente a 0,06% do território nacional; já dados do projeto MapBiomas indicam que, em 2022, esse setor desenvolvia atividades em uma parcela de 0,02% do território nacional, ou 169,8 mil hectares, de um total de 851,6 milhões de hectares.

Dos 15 municípios que mais arrecadaram royalties em 2022, dez (oito em Minas Gerais e dois no Pará) apresentam IDH – índice de desenvolvimento humano superior ao IDH de seus respectivos estados.

Resultados da indústria mineral em 2022

O setor mineral gerou mais vagas de empregos em 2022: 5,7 mil diretas, totalizando quase 205 mil empregos diretos (fonte: Novo CAGED) e 2,25 milhões de empregos ao longo da cadeia e mercado.

Investimentos

Dos investimentos da mineração previstos até 2027, o maior volume será direcionado ao minério de ferro: US$ 17 bilhões, ou 24% a mais do que no período anterior (2022-2027);

- O cobre receberá US$ 4,5 bilhões (255% a mais); o níquel receberá US$ 2,3 bilhões (60% a mais).
- Ouro terá decréscimo: US$ 2,8 bilhões (-2%);
- Bauxita receberá investimentos de US$ 5 bilhões (-11%);
- Minérios de fertilizantes receberão US$ 5,2 bilhões (-9%);
- Zinco receberá US$ 113 milhões (-53%).
- Investimentos em logística totalizarão até 2027 US$ 4,4 bilhões.

Investimentos por estados

A maior parte dos investimentos estão projetados para os estados do Pará, Minas Gerais e Bahia (somados, totalizam 82%): PA = US$ 13,9 bilhões - 32,1%; MG = US$ 11,44 bilhões - 26,3%; BA = US$ 10,24 bilhões - 23,6%; AM = US$ 2,5 bilhões - 5,8%; SE = US$ 1,0 bilhões - 2,4%; GO = US$ 993 milhões - 2,3%; ES = US$ 935 milhões - 2,2%; Outros = US$ 2,36 bilhões - 5,4%.

Agenda ESG

Durante reunião com a diretoria da Agência Nacional de Mineração (ANM), o IBRAM propôs uma parceria para compartilhamento de dados, visando, principalmente, mostrar a evolução das metas e indicadores da Agenda ESG da Mineração do Brasil.

O intuito é proporcionar à sociedade mais acesso a dados e indicadores do setor mineral.

A ANM tem um histórico de dados do setor mineral desde 1970. A partir de 2011, estes dados começaram a ser digitalizados.

Com estas informações amplas e estruturadas será possível avaliar a evolução de dados do setor como energia, água, barragens, segurança do trabalho, indicadores ambientais, entre outros, que fazem parte das metas da Agenda ESG da Mineração do Brasil.

Em 2022 houve avanços importantes na Agenda ESG, como definição de metas, entre as quais: Aumentar em 10% a razão entre áreas protegidas e áreas impactadas até 2030; Manter o índice de fatalidades em zero até 2030 e de fatalidade zero em barragens; Aumentar em 53% o investimento em P&D Tech até 2030; Reduzir o consumo de energia em 5% até 2030 (Gj/t ROM úmida); Reduzir em 10% o uso de águas na mineração (m3/t de ROM úmida) até 2030; Dobrar a participação de mulheres nas companhias do setor mineral até 2030 e em 50% em posições de liderança; Elevar em 50% a presença de pessoas com deficiência no setor e em 130% em posições de liderança até 2030.

Fonte: O TEMPO
Data: 06/02/2023

Clique aqui para ler a matéria completa

ANM aumenta fiscais de barragens de mineração

A Agência Nacional de Mineração (ANM) aumentou o número de servidores envolvidos na fiscalização de barragens de mineração no país. Segundo nota divulgada hoje (7) pelo Ministério Público Federal (MPF), a medida cumpre, com mais de um ano de atraso, acordo selado com a União.

As negociações se deram dentro de uma ação civil pública movida em abril de 2019, pouco mais de dois meses após o rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG). Trata-se de uma das maiores tragédias ambientais e trabalhistas do país, que culminou na morte de 270 pessoas e causou impactos em diversos municípios da bacia do Rio Paraopeba.

O acordo resultou na nomeação de 40 especialistas em mineração, sendo 17 para Minas Gerais, estado que possui o maior número de barragens. As portarias foram publicadas na última sexta-feira (3). Segundo o cronograma que foi acordado em outubro em 2019, os servidores deveriam ter sido nomeados em 2021.

Na ação, o MPF pedia que a Justiça obrigasse a União a inspecionar, por meio da ANM, todas as barragens do país consideradas inseguras ou com segurança inconclusiva. No entanto, foi constatado que o déficit de pessoal e o sucateamento estrutural imposto à agência impactava seu funcionamento e sua capacidade de fiscalização.

Na Gerência Regional de Minas Gerais, havia apenas quatro servidores na Divisão de Segurança de Barragens, sendo que apenas dois tinham especialização em engenharia de barragens. Diante dessa situação, foi assinado o acordo com a União que previa, além do reforço de pessoal, a destinação R$ 42,7 milhões para a fiscalização.

Fonte: Agência Brasil
Data: 07/02/2023

Tocantins recebe mineradoras de ouro para tratar sobre tributo de recursos minerários

O Governo do Tocantins, por meio da Agência de Mineração do Tocantins (Ameto) e da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), recebeu na última sexta-feira (3), representantes das mineradoras de ouro instaladas no Estado, para tratar da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) e as alíquotas para cada produto minerário.

O tributo foi aprovado pela Assembleia Legislativa em 2022 e será implementado em 2023 pela equipe técnica da Ameto, em parceria com a Sefaz.

Esteve presente o representante da Cerrado Gold, Kurt Menchen, empresa canadense instalada em Monte do Carmo; os representantes da Aura Minerals, Andreia Nunes e Plínio Cardoso, da empresa canadense instalada em Almas; os representantes da EngeGold, Marcio Bonatti e Carlos Antoniassi, instalada em Chapada de Natividade; e os representantes da AuroStar, Augusto Rayol e Samuel Tufts Landis, mineradora instalada em Pindorama.

No encontro, o secretário executivo de Gestão Tributária da Sefaz, Marco Antônio da Silva Menezes, destacou a importância e o compromisso dos estudos que estão sendo feitos no sentido de implementar alíquotas que atendam tanto o Governo quanto o empresário. A Ameto e a Sefaz estabeleceram uma comissão para estudar, em conjunto, a melhor forma para implementação da taxa.

Representantes de empreendimentos de variados produtos minerários instalados no Tocantins se reuniram e ainda se encontrarão com as duas entidades para discutir o tributo e como ele irá ser aplicado pelo Governo do Estado.

O presidente da Ameto, Mauro Mota, deixou registrada a abertura para o diálogo e destacou que a intenção do Governo do Tocantins não é onerar o empresário, mas criar possibilidades para fomentar a mineração do Estado do Tocantins e que essas taxas vão compor um fundo para promover o setor para que este cresça com responsabilidade e sustentabilidade.

“Com esse aporte previsto, é possível aumentar o banco de dados em pesquisas e mapeamentos geológicos que gerem maior previsão econômica aos investidores, aumentando a segurança jurídica do Estado, definindo rotas que conduzam a um contexto de maior desenvolvimento. Gera-se assim um ciclo ascendente de possibilidades mediante um contexto que retroalimente e potencialize a economia”, afirmou.

Também esteve presente o titular da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços (Sics), Carlos Humberto Lima; a superintendente de Desenvolvimento Econômico, Elaine Assis; a secretária executiva, Geanny Pinheiro; e o diretor de Indústria, Comércio e Serviços, Luiz Carlos Carneiro. Pela Sefaz, o diretor de Informações Econômicas e Fiscais, João Herculano Júnior; pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), Diego Alves Gomes; pela Ameto, o diretor de Geologia e Mineração, Otton Nunes; e o gerente de Mineração, Leonardo Bezerra da Costa.

Fonte: Minera Brasil
Data: 06/02/2023

Tendo um recorde em resultados, a Appian Capital Brazil, exportou cerca de mais 198.290 mil toneladas de minério no ano de 2022

Com um sólido compromisso com o meio ambiente, aliado aos desenvolvimentos das comunidades do entorno de suas operações.

Com todo esse propósito, a Appian Capital Brazil, fundo de investimento privado especializado em mineração, avança com ainda mais estilo de gestão que traz resultado de uma mineração inteligente e encerrou o ano de 2022 com resultados recordes em exportações.

São cerca de mais de 198.290 toneladas de cobre e níquel sulfetado que foram enviadas para o Canadá, China, Finlândia e Polônia. Sendo o seu volume de 66% superior ao do mesmo período do ano de 2021, quando as exportações eram totalizadas em cerca de 119.334 toneladas.

Desde que esse fundo de origem britânica, com cerca de quase 4 anos de atuação no nosso mercado brasileiro, assumiu toda a gestão do ativos Atlantic Nickel e **Mineração Vale Verde** (MVV). “Estamos muito satisfeitos com os resultados obtidos ao longo de 2022.

Por meio do nosso modelo de mineração inteligente, conseguimos aumentar a produção de forma segura e responsável. Os números demonstram nossa trajetória do crescimento. Com isso, certamente teremos em 2023 mais destaque no mercado internacional”, explica o CFO da Appian Capital Brazil, Milson Mudim.

Para ainda este ano, com todo o aumento das produções dos dois ativos, a expectativa da Appian Capital Brazil é aumentar ainda mais as exportações em 8%. No ano de 2022, além de todos os embarques mensais realizados pela Atlantic Nickel, a Mineração Vale Verde (MVV) fez a exportação de outros oitos navios.

Sendo que o fundo de investimento e seus ativos ainda seguem os compromissos de uma gestão inteligente, que é voltada para o desenvolvimento sustentável que é aliado com o compromisso com as comunidades, sem a percepção de vista o propósito de atingir o seu grande potencial de produção de uma forma segura.

Atlantic Nickel (ATN): Performace de exportação para 2022

Com toda a carga de 9.402 toneladas de concentrado de níquel sulfetado, a Atlantic Nickel (ATN), a única produtora de níquel sulfetado do Brasil, fez sua realização de seu décimo segundo embarque no final do ano de 2022, no fim de dezembro.

O navio foi de Porto de Ilhéus (BA) para o porto de Maceió, de onde foi para a Finlândia. Todos em embarques do ano de 2022 tiveram os destinos de: Canadá, América do Norte, Finlândia, Europa, China e Ásia. Sendo, que no total, esse ativo exportou mais de 116 mil toneladas de concentrado de níquel, que equivale a aproximadamente cerca de 15.670 toneladas de níquel contido.

Desde os inicios das operações na Mina Santa Rita, em outubro de 2019, a Atlantic Nickel ainda mantêm todo o compromisso de trabalhar em nome dos desenvolvimentos sustentáveis, sem que perca de vista o propósito de atingir o máximo de potencial de produção.

Esse concentrado de níquel sulfetado é matéria-prima de alta qualidade e ainda componente fundamental nas fabricações de baterias para os veículos elétricos. Em uma escala mundial, sob uma crescente demanda, é um dos metais considerado mais versátil e resistente na natureza, como uma utilidade crucial para a construção da sociedade sustentável, por meio de geração da energia limpa, que é capaz de gerar um futuro de baixo carbono.

Fonte: Click Petróleo e Gás
Data: 02/02/2023

GGN
O JORNAL DE TODOS OS BRASIS

Mineração marinha: um dilema ambiental e econômico

Nos últimos meses de 2022, um debate econômico-ambiental esteve no centro das preocupações das principais entidades e países do mundo: a mineração marinha. Enquanto centenas de organizações -e também nações desenvolvidas- apelam contra a exploração de metais em alto mar pelas consequências ambientais, as mesmas ainda não foram completamente calculadas e a indústria vê nos oceanos uma das últimas saídas para a própria existência de alguns setores.

O complexo tema envolve ainda uma contradição interna: os mesmos compostos buscados nos fundos dos oceanos, com possíveis repercussões irreparáveis no meio ambiente, são fontes para energias como a eólica e a fotovoltaica e, no caso das indústrias automobilísticas, para a produção de baterias de carros elétricos. Ou seja, o objetivo na outra ponta seria o de atender às próprias demandas do planeta por menores impactos ambientais.

E apesar de não ser recente, a discussão tem uma urgência, que foi levantada em plena COP27, no Egito, em novembro passado, pelo presidente francês Emmanuel Macron, na mesma semana em que ocorria mais uma reunião do conselho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA). O organismo da ONU foi criado nos anos 90 para regulamentar e determinar regras para as atividades no fundo do mar que não estejam sob juridições de países.

Naquele mês, na reunião da ISA na Jamaica, colocou-se à mesa a petição não só da França, mas também da Alemanha, Espanha, Chile, Costa Rica, Nova Zelândia e outros países, que pediram uma moratória, um "tempo", para impedir qualquer tipo de exploração de minérios em alto mar enquanto não houver pesquisas científicas suficientes sobre os seus impactos.

"À medida que os efeitos das alterações climáticas se tornam cada vez mais ameaçadores e a erosão da biodiversidade continua a acelerar, hoje não parece razoável lançar às pressas um novo projeto, o da mineração do fundo do mar, cujos impactos ambientais ainda não são conhecidos e podem ser significativo para esses ecossistemas antigos que têm um equilíbrio muito delicado", disse na ocasião o embaixador francês, Olivier Guyonvarch.

E a urgência se deve a um pequeno país-ilha na Oceania, Nauru, de 11 mil habitantes, que tem como quase única atividade econômica a mineração e a exportação do fosfato. Com os recursos minerais quase esgotados, o país patrocinou uma startup canadense, a The Metals Company, para iniciar testes no fundo do mar e, para isso, pediu uma licença de exploração da ISA. A autorização de testes já foi concedida.

Mas a nação insular quer começar as operações ainda neste ou, o mais tardar, no próximo ano. Se autorizada, a licença lançará a indústria de mineração marinha oficialmente no planeta.

Entendendo a mineração marinha

Em entrevista ao GGN, o professor do Centro de Biologia Marinha da USP (CEBIMar), Cláudio Gonçalves Tiago, explica que há uma diversidade de minerações marinhas em grande escala, que envolve desde a extração de petróleo, rodolitos e metais.

Um desses alvos são os rodolitos como matéria-prima na produção de fertilizantes, tema que, segundo ele, vem sendo debatido há mais de 40 anos. "O rodolito é uma formação mineral que tem uma origem biogênica, quer dizer, é um organismo vivo. O grande problema, neste caso específico, é que não estamos minerando minerais, estamos minerando comunidades biológicas."

O mesmo efeito foi constatado na extração de petróleo em regiões amazônicas, onde posteriormente se descobriu uma grande zona de recifes de corais e de rodolitos. “A maneira de extração não é descendo no fundo [das águas] e pegando os pedacinhos [de minerais], é passando uma draga e levando tudo junto e há uma série de animais e vidas. É um processo com um poder de destruição muito grande”, relatou.

Mas a atual ‘corrida do ouro’ nos mares são os nódulos de manganês, também chamados de nódulos ou crostas polimetálicos, ricos em cobalto, cobre e níquel – metais essenciais para a produção de baterias de eletrônicos a carros elétricos, componentes de paineis solares e da indústria eólica, entre outros.

O ‘ouro’ dos oceanos

Metais que estão em escassez terrestre e alta demanda das indústrias – principalmente as “limpas” – são encontrados com abundância nestes sólidos a 3.000 até 6.000 mil metros nas profundezas dos oceanos.

Além da quantidade, estes nódulos são ricos em terras raras – o produto final utilizado pelas indústrias, ou seja, os metais contidos neles são mais puros, sem exigir tantos processos metalúrgicos e químicos após a extração, como demanda a mineração tradicional, do solo.

O geofísico marinho Luigi Jovane, do Instituto Oceanografico da USP (IOUSP), explica ao GGN que na mineração do solo, por necessitar diversos processos metalúrgicos e químicos, há muito descarte e “para se produzir um quilo de terras raras tem um impacto gigantesco no ambiente”, além de se obter um produto final de qualidade inferior.

“Existem outras fontes de terras raras. Primeiramente, as minas de ferro e de outros metais, que claramente têm vários materiais e produtos de descarte, ou seja, são subprodutos. Então, a parte metalúrgica, a extração desses metais raros dentro desses materiais de outra mineração é muito caro. A elaboração, tanto química, quanto metalúrgica é caríssima e com um impacto ambiental terrível.”

Já as crostas polimetálicas encontradas no mar formam-se ao longo de milhões de anos e, por isso, esse “tempo de formação permite que elas sejam concentradas, ricas de terras raras”, disse Jovane.

As empresas que já desenvolveram equipamentos capazes de coletar os nódulos polimetálicos alegam que essa extração é mais sustentável e de menor impacto do que a mineração tradicional. “O grande problema é que o fundo do mar não é um deserto, ao contrário, o fundo do mar é inteiro vivo”, lembrou Cláudio Gonçalves.

“Para retirar polimetálicos usa-se uma estrutura como se fosse uma caixa que vaza a água, para subir das profundezas somente a parte sólida. Mas a hora que [a máquina] passa no fundo do oceano e sem olhar, se está levando tudo junto. A destruição ambiental de onde isso for feito vai ser praticamente total”, acrescentou o biólogo da USP.

Com essa preocupação é que organizações ambientais e os principais institutos de pesquisa do país estão desenvolvendo investigações, com a divulgação de relatórios, e produzindo campanhas para a conscientização desses impactos.

As campanhas que rechaçam a mineração marinha

Poucos dias após as falas de Macron na COP27 e da reunião do conselho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA), um grupo de ativistas do Greenpeace foi de caiaque confrontar um navio de mineração em alto mar, na costa de Manzanillo, no México, quando retornava ao porto.

Com faixas pedindo o fim da mineração no oceano, os ativistas protestavam contra o navio Hidden Gem, da canadense The Metals Company, que em teste de 8 semanas autorizado pelo organismo da ONU, havia conseguido extrair cerca de 4.500 toneladas de nódulos polimetálicos.

“Estamos aqui hoje porque a mineração em alto mar ameaça a saúde do oceano e as vidas e meios de subsistência de todos que dependem dele”, dizia o ativista do Greenpeace, James Hita.

A entidade é uma das centenas que lideram campanhas, manifestos e pesquisas pelo mundo na temática. Um deles, que coletou mais de 4 milhões de assinaturas, exige um Tratado Global a proteção dos oceanos.

Junto à Universidade de Oxford e a Universidade York, a mesma organização lançou, em 2019, o relatório “30 em 30 – Um caminho para a proteção dos oceanos“, que propõe a criação de “santuários oceânicos” para a preservação de 30% dos oceanos, longe de atividades como a mineração.

Em 2021, pesquisadores do Greenpeace também se somaram a cientistas da Nova Zelândia e da Universidade de Exeter, no Reino Unido, para expor em artigo científico a conclusão de que, “uma vez iniciada, a mineração em alto mar provavelmente será impossível de parar, e uma vez perdida, a biodiversidade será impossível de restaurar.”
O assunto já se tornou suficiente para reunir centenas de entidades em grupos e coalizões, com pesquisadores de todo o mundo, na causa, como a Deep Sea Conservation Coalition (DSCC), de mais de 100 organizações internacionais que atuam para promover a conservação da biodiversidade em alto mar; a Deep-Sea Mining Science Statement, uma declaração assinada por mais de 704 especialistas marinhos pedindo moratória na mineração do oceano, e a Aliança de Alto Mar (HSA), coalizão de 27 entidades, entre elas, a The Pew Charitable Trusts, que produziu dezenas de pesquisas na matéria.

O que revelam as pesquisas

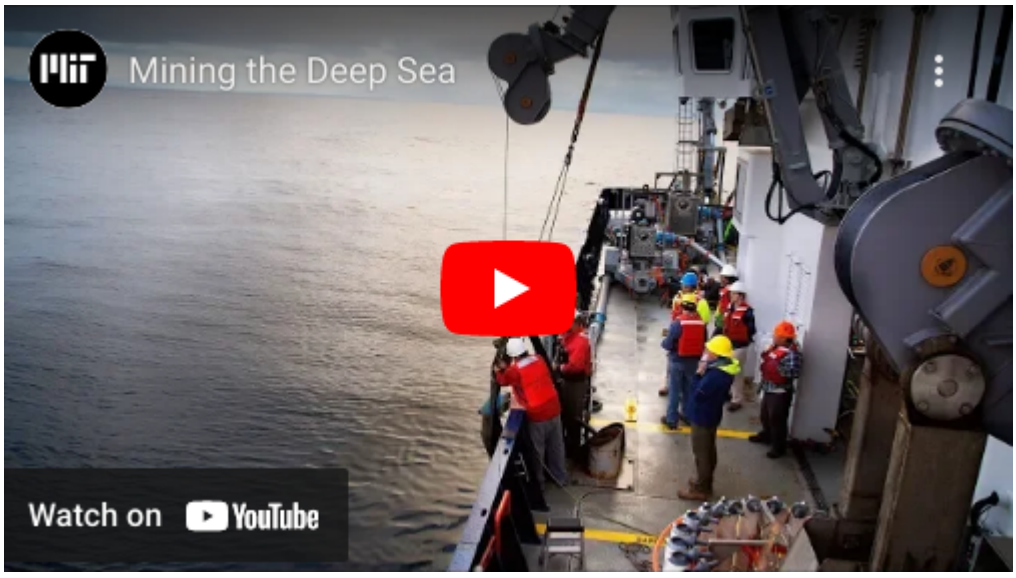
Nos resultados científicos, o renomado Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), dos EUA, investiu em pesquisas a 4.500 metros nas profundezas do oceano para entender o impacto ambiental da mineração em alto mar.

E concluiu que as plumas de sedimentos indesejados, que deixam a água do mar turva com o maquinário da mineração e o depósito de rejeitos, se espalhariam por até 1.400 quilômetros, propagando os impactos em milhares de colônias de espécies marítimas mesmo muito distantes do local de extração do minério.

Outro projeto europeu, com pesquisadores da Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Suécia e da própria Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, também detectou consequências dessas plumas de sedimentos.

Concluiram que a mineração profunda gera “uma densa pluma de material suspenso, entre 5 a 10 metros acima do fundo do mar” e quando a máquina devolve os rejeitos inúteis, verifica-se que o material fica suspenso “visualmente 500 metros acima”.

O documento (leia aqui) ainda comprovou que a tecnologia existente para monitorar essa extração não está presente e padronizada em toda a indústria de mineração. Por fim, os pesquisadores admitiram que “os impactos das perturbações experimentais no fundo do mar em pequena escala no habitat dos nódulos duram muitas décadas e afetaram numerosos ecossistemas.”



Fonte: GGN
Data: 07/02/2023

Fundação Dom Cabral mostra solução para trem da Bahia

Na próxima quarta-feira (08), a partir das 9h, a A Federação das Indústrias da Bahia (FIEB), representada pelo Conselho de Infraestrutura (COINFRA), e a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) convidam para a apresentação do estudo do Plano Estratégico Ferroviário da Bahia, realizado pela Fundação Dom Cabral (FDC). O evento será realizado no SENAI CIMATEC, em Piatã.

A apresentação será realizada pelo diretor da FDC, Paulo Resende, e pelos pesquisadores Bernardo Figueiredo e Ramon Victor César. A FDC sugere diversas e importantes alterações na malha ferroviária baiana, como a implantação do conceito de carga geral, criação de alguns ramais e a unificação da bitola, que atualmente é de um metro, para o padrão nacional que é de 1,60 metros. O estudo demonstrará como a Bahia poderá acabar com o seu isolamento logístico ao investir nesse modal, trazendo crescimento para o Estado.

“A falta de trens é uma realidade e há bastante tempo estamos defendendo a importância desse modal para o crescimento do nosso estado e para a maior competitividade dos nossos produtos, principalmente ao integrar a ferrovia aos portos. A Bahia possui 10 portos e TUPs (Terminais de Uso Privado) que poderiam ser melhor aproveitados se houvesse interligação com os trens para o escoamento da produção, enfatiza Tramm que também ressalta que esse diagnóstico especializado irá respaldar a luta pelo trem da Bahia.

Contratado pela CBPM, o estudo teve início em junho de 2022. A Fundação Dom Cabral é uma instituição com experiência de mais de 40 anos, já desenvolveu o Plano Estratégico de Ferrovias para o estado de Minas Gerais, e também realizou Estudos Logísticos Ferroviários para a Federação das Indústrias do Espírito Santo.

CLIQUE AQUI e confirme a sua presença!

Fonte: InTheMine
Data: 06/02/2023

Atividades de mineração mais licenciadas pela Sema-MT são para uso da construção civil

O licenciamento trifásico, utilizado para autorizar a mineração, teve uma redução de 60% no tempo de resposta ao empreendedor nos últimos quatro anos.

As atividades de mineração mais licenciadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT) são para utilização na construção civil, como a areia, cascalho, argila, granito, basalto e calcário. No ano de 2022, foram expedidas 200 Licenças de Operação (LO) para essas atividades, conta a coordenadora de Mineração da Sema, Sheila Klener.

Ela ressalta que o setor analisa os processos usando critérios ambientais e a legislação vigente para verificar a interação desta atividade com o meio ambiente. “O processo de licenciamento ambiental é essencial para que qualquer setor produtivo, e principalmente da mineração, trabalhe legalizado. Isso faz com que o empreendedor saiba a maneira correta de evitar ou mitigar os possíveis impactos ambientais de uma atividade”, destaca a coordenadora.

Para desenvolver qualquer atividade mineral é necessário obter a autorização da Agência Nacional de Mineração (ANM), pois todo bem mineral pertence à União. Em seguida, o interessado deve procurar a Sema para obter o licenciamento ambiental para a atividade.

"Desde uma extração de argila, de areia, de cascalho, até um grande empreendimento como fábrica de cimento ou mineração de polimetais, todos esses empreendimentos passam pela Coordenadoria de Mineração para garantir o cumprimento da Política Nacional do Meio Ambiente", explica.

A extração mineral devidamente licenciada tem papel importante para a economia. Conforme a Empresa Mato-grossense de Mineração (Metamat), Mato Grosso alcançou o primeiro lugar entre os estados brasileiros em requerimentos minerais para a ANM, e é o sexto com maior produção mineral do país.

Licenciamento eficiente

A secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti, afirma que o órgão ambiental tem dado atenção ao licenciamento, aumentando a eficiência e reduzindo o prazo de análise de processos de todas as modalidades, não só para a atividade mineradora. O licenciamento acessível fomenta a legalidade em Mato Grosso, e aumenta o controle ambiental do Estado.

O licenciamento trifásico, utilizado para autorizar a mineração, teve uma redução de 60% no tempo de resposta ao empreendedor nos últimos quatro anos. Em 2018, o tempo médio desta modalidade de licenciamento era de 230 dias, e atualmente, é de cerca de 93 dias.

Extração legal de ouro

A Sema expediu 140 licenças de extração de ouro no ano de 2022. A coordenadora ressalta que com o licenciamento ambiental é feita a aplicação adequada do plano de controle ambiental. "Desde que as atividades minerais passaram a ser licenciadas, no início da década de 1990, tivemos um grande ganho ambiental. A Sema vistoria as atividades, e os empreendedores buscam a cada dia melhorar seus procedimentos com novas tecnologias, tanto de beneficiamento quanto de apuração, no caso do ouro", avalia.

Os altos morros de terra vistos da estrada que vai para Poconé, por exemplo, que geralmente causam impacto visual em quem passa, são chamados de "bota fora", ou seja, o material estéril que não possui ouro. É importante destacar que, para estar no local, este material está adequado quanto à localização e altura, para garantir a segurança.

Ela cita como exemplo de tecnologia a favor do meio ambiente o primeiro empreendimento minerário na região da Baixada Cuiabana, com um sistema que realiza a apuração do ouro sem a utilização de mercúrio, licenciado no ano passado pela Sema. O equipamento denominado "Pelicano" usa cianeto de sódio, que tem os rejeitos tratados e neutralizados antes do descarte, sem gerar danos ao meio ambiente.

Sema desarticula garimpos clandestinos

Além de melhorar a eficiência do licenciamento para aumentar a legalidade das atividades minerais, o órgão ambiental, em parceria com o Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental (BPMPA) atuou em 16 operações de combate a extração ilegal de ouro no ano passado. Foram aplicados R$ 6,8 milhões em multas e a desarticulação de garimpos clandestinos.

Fonte: GOV MT
Data: 05/02/2023

PDAC 2023: Opportunities Aplenty At Premier Mining Event

Since it began in 1932, the PDAC convention in Toronto, Canada has grown in size, stature and influence. Today, it is the event of choice for the world's mineral industry, attracting tens of thousands of attendees from across the globe for networking events, educational programming and business opportunities.

This year's event takes place from 5 to 8 March and will showcase another full slate of exhibitors from across the globe. Visit over 600 exhibitors showcasing the world's leading technologies, products and services, and meet government representatives from around the world.

Delegates will have the opportunity to discuss investment potential with 450 junior mining companies, mid-sized producers, major mining companies, financial institutions and prospectors to discover new business opportunities.

This year's exhibition will also include the Core Shack, which provides a unique venue for companies to display their core samples. Attendees can get up close to new or ongoing projects that are generating exciting drill results. The latest discoveries from all corners of the earth will be featured along with maps, charts and technical information. Meanwhile, the Prospectors Tent will give delegates the chance to discuss with self employed and independent prospectors their maps, samples and claim results.

Programming and presentations

PDAC 2023 will also feature a wide range of speakers, industry experts and facilitators offering their knowledge, strategies, new concepts, case studies and more. The comprehensive programme includes:

Keynote programme

This will feature four themes designed to inspire and educate: commodities, mineral outlook, technology, and new discoveries. Speakers will discuss new and exciting concepts and explore the compelling challenges of mineral exploration and development in 2023. The premium line-up includes international CEOs, founders of leading businesses, sought-after industry experts and renowned policy makers.

Exploration insights

This will showcase technical, policy and academic presentations that offer insight into current and relevant subjects. The themes for PDAC 2023 include case histories of gold discoveries, the importance of cut-off grade determination and new techniques for assessing critical minerals targets.

Capital markets

This programme is intended to create a forum for dialogue on a range of topics related to the financing of mineral exploration.

Corporate presentation forum

This popular series features up-to-theminute information on select exploration and development companies' current activities and investment potential.

Sustainability programme

This programme features presentations and conversations that examine the innovative ways in which mineral exploration and mining companies are working to improve their sustainability performance. This includes presenting challenges and successes, as well as lessons learned.

Technical programme

Industry experts discuss current and emerging trends, technologies, research and analysis in a dynamic series of presentations. Speakers will share their practical experience, insights and a look to the future. Sessions will examine various commodities, geological regions, geoscience disciplines, and more.

Source: Mining Review Africa

Fonte: PDAC 2023
Data: 08/02/2023

MINING [DOT] COM

Brazil okays BHP's $6.6 billion acquisition of OZ Minerals

Brazilian regulators have cleared BHP's (ASX: BHP) intended acquisition of Australian copper-gold producer OZ Minerals (ASX: OZL) for A$9.6 billion ($6.6bn), bringing the world's no.1 miner closer to securing its biggest deal in more than a decade.

OZ Minerals has a number of operations in Brazil, including the Santa Lúcia iron oxide copper-gold mineral deposit, the Antas copper-gold mine, and CentroGold, one of the country's largest undeveloped gold projects.

The transaction, unanimously backed by OZ Minerals' board in November, still requires the approval of Australia's regulatory bodies and the copper-gold miner shareholders.
If successful, the deal would become the largest mining deal in Australia since BHP's $12.1 billion purchase of Petrohawk Energy in 2011 and it would consolidate the company's position as one of the world's largest producers of copper.

The metal is considered key for the world's clean energy transition, which is expected to boost demand by almost 60% over the next two decades.

Since BHP first announced its intention of buying OZ Minerals in August last year, copper prices have shot up 20%, from $3.55 per pound up to $4.27. This has led some shareholders to indicate they will vote against the existing deal.

"The reality of the situation is that the BHP offer now looks a little anaemic," David Franklyn of Argonaut Funds Management wrote on January 30.

In his opinion, the Australian miner has one of the best exposures to the global copper market and sees "no reason to sell out cheaply to BHP."

OZ Minerals shareholders will vote in early April on the A$28.25-a-share bid, which represents a 49% premium increase on the miner's share price prior to BHP's initial offer.

Fonte: Mining.com
Data: 07/02/2023

Phasing out coal in some places may increase consumption in others – study

A recent study published in the journal Nature Climate Change found that countries phasing coal out of the electricity sector need to broaden their policy strategy, or else they risk pushing the excess coal supply into other industries at home, like steel production.

"It's really a make-it-or-break-it moment," Stephen Bi, lead author of the paper, said in a media statement. "Our computer simulation of climate economics and policy making indicates that current policies lead the world to less than a 5% likelihood of phasing out coal by mid-century. This would leave minimal chances of reaching net-zero emissions by 2050 and limiting disastrous climate risks."

Bi and his team used Dynamic Policy Evaluation, a data-driven approach for simulating real-world policy making. The most shocking result was that even if most countries decided to stop burning coal for electricity, this has almost zero impact on total future coal use.

Investigating the Powering Past Coal Alliance, launched at the world climate summit COP23 in 2017, the scientists sought to understand whether these countries' efforts to cut coal would make it easier or harder for other countries to follow suit. That is, the coalition may grow as member states work to modernize their electricity sectors, but it may also lead to a rebound in coal use globally. The latter effect, often referred to as "leakage," can arise due to market effects: if demand decreases in some places, so do prices, which in turn can increase demand elsewhere.

Interestingly, the scientists' computer simulation shows that the most concerning leakage effect, in this case, may arise within the alliance itself rather than through international coal markets. Although the Powering Past Coal Alliance is expected to grow, its pledge is limited to the electricity sector. This means that countries who join can increase their coal use in steel, cement and chemicals production, greatly hindering the potential of this initiative.

"The greatest risk to the coal exit movement may actually come from free-riding sectors in coalition members. Unregulated industries can take advantage of falling coal prices at home and use more coal than they otherwise would have," co-author Nico Bauer said.

The scientists conclude that additional strong policies are needed to avoid this effect.
"The coal exit debate has to look beyond the power sector and also include the heavy industry. Carbon pricing would be the most efficient instrument to close loopholes in domestic regulations, while restrictions on coal mining and exports would go the furthest to deter free-riding abroad," Bauer said.

China plays key role

China plays a special role since it produces and consumes more than half of all coal globally.

According to the researchers, the Chinese government must act swiftly to curtail the coal-driven covid recovery.

"The current coal plans jeopardize China's recent promise to peak domestic emissions before 2030 and to achieve net-zero emissions by 2060. The computer simulation gives China roughly fifty-fifty odds of joining the Alliance, and it only falls on the right side of that line if it stops building coal plants by 2025," Bi said.

Further, the simulation shows that the Alliance only manages to boost solar and wind energy expansion if China decides to phase out coal.

China would thus have "a golden opportunity to solidify its leading role in the renewable energy market and unleash sustainable development opportunities worldwide, but this requires a commitment to phasing out coal," the researcher pointed out. "If not, then it becomes less clear how we'll achieve sufficient diffusion of renewables worldwide. China's actions today can position it to either lead or impede the global energy transition."

Fonte: Mining.com
Data: 08/02/2023

Nossos Contatos

contato@adimb.org.br

(61) 3326-0759

/company/adimb-oficial

adimb_oficial

Sede
Centro Empresarial Liberty
Mall Torre A, Sala 505
SCN Q.02 Bloco D
CEP : 70712903
Brasília/DF

ADIMB
Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro